



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

MICAELA NOGUEIRA DA SILVA

**QUANDO O GALO INSISTE EM CANTAR: O PASQUIM E A IMPRENSA
ALTERNATIVA NA CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ”**

**CAMPINA GRANDE
2024**

MICAELA NOGUEIRA DA SILVA

**QUANDO O GALO INSISTE EM CANTAR: O PASQUIM E A IMPRENSA
ALTERNATIVA NA CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ”**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de monografia, apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rostand de Albuquerque Melo

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586q Silva, Micaela Nogueira da.
Quando o galo insiste em cantar [manuscrito] : o Pasquim e a imprensa alternativa na campanha das "diretas já" / Micaela Nogueira da Silva. - 2024.
58 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Rostand de Albuquerque Melo, Departamento de Comunicação Social - CCSA. "

1. imprensa alternativa. 2. o Pasquim. 3. Diretas já. I.

Título

21. ed. CDD 070.4

MICAELA NOGUEIRA DA SILVA

QUANDO O GALO INSISTIR EM CANTAR: O PASQUIM E A IMPRENSA
ALTERNATIVA NA CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ”

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de monografia, apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

Aprovada em: 18/06/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rostand de Albuquerque Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Ada Késea Guedes Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Verônica Almeida de Oliveira Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, Lurdinha e Erivaldo, a quem amo de júpiter até a terra, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria de Lourdes Nogueira da Silva, agradeço o carinho, o companheirismo, e a amizade que tive por toda a minha vida. Adoro ouvir suas histórias, das mais loucas às mais tristes, espero poder conhecer cada pedacinho da sua vida cada vez mais. Ao meu pai, José Erivaldo Galdino da Silva, que me ensinou a assobiar, andar de bicicleta e que para ter uma fazenda precisa juntar dinheiro. O senhor estará sempre no meu coração, lembro de você toda vez que um assobio sai da minha boca. E olha que é muito. À minha irmã Manu, que é corajosa, engraçada, esforçada e trabalhadora, minha inspiração para conseguir e persistir nos objetivos da minha vida.

À minha cachorra Lua, minha Luinha, minha companheira e alma gêmea, eu preciso de você tanto quanto você precisa de mim. Ao meu gato Nick, Nickinho, Nikito, se Lua é minha alma gêmea, você é a minha outra metade. Amo cada arranhada que você me deu. À Julia Roberta, minha gata que não mora mais comigo, você é a gata mais maravilhosa do universo.

Aos meus amigos Camila, Drey, Mari, Naly e Gabs, amizade como a de vocês só se encontra de mil em mil anos e eu sou muito sortuda de ser uma das que encontrou. Obrigada por me acolher e me acompanhar nessa jornada que é a vida.

Às minhas amigas de infância Karyna, Kallyne, Carol e Katiane, vocês foram as amigadas que Deus escolheu pra mim. Literalmente, pois nós nos conhecemos na igreja. Vocês são a prova de que família não é só de sangue.

Ao meu orientador Rostand Melo, que, além de aceitar embarcar comigo nesta monografia, é um professor humano, que se importa e faz a diferença dentro do curso de Jornalismo. Às professoras que compõem a minha banca, Ada Guedes e Verônica de Oliveira, profissionais inteligentes, fortes e com visão. O talento de vocês me inspira. Na mesma linha: aos professores do curso de Jornalismo. Olhando para vocês é que percebemos que nós, estudantes do curso, somos sortudos de ter profissionais como vocês. Obrigada por todo o ensinamento.

À professora do curso de Serviço Social e coordenadora do projeto Brasil em Tela, Sheyla Suely de Souza, que é ótima em tudo que se propõe a fazer. Obrigada por ser uma das minhas maiores referências de uma mulher na Academia e pelos ensinamentos. O Brasil em Tela foi importante para a minha jornada acadêmica e

sou grata por tê-lo encontrado, mas, principalmente, por ter tido a oportunidade de trabalhar com a senhora.

Aos meus amigos que a universidade me presenteou, Felipe José e Felipe Bezerra, obrigada pela companhia e parceria durante todos estes anos. Nós construímos coisas incríveis.

Aos historiadores Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio e Thuca Kércia Morais de Lima, que disponibilizaram um acervo rico do jornal O Pasquim para que eu e muitos outros alunos e pesquisadores possam ter esse pedaço importante da história do jornalismo em mãos.

Aos jornais e jornalistas alternativos que, em meio a inúmeras dificuldades, lutaram por nossos direitos na Ditadura Militar.

E, por fim, à Hozier. Sem suas músicas eu não conseguiria passar por uma graduação com sanidade.

É nestes momentos que vejo que, ao contrário do que penso, não estou só. Tenho muito a agradecer à muita gente. Vocês estão todos no meu coração.

“Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar?”

(Apesar de Você - Chico Buarque)

RESUMO

A Imprensa Alternativa na época da Ditadura Civil-Militar era constituída de periódicos independentes da mídia convencional, com o objetivo de servir como oposição ao regime totalitário que foi imposto no Brasil no período de 1964 a 1985. Cerca de 150 jornais alternativos foram criados nos anos da Ditadura (Kucinski, 1991), com diversos temas, como os políticos, humorísticos, feministas e até mesmo sobre os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Estes periódicos visavam, por meio da comunicação, auxiliar a população a lutar contra o regime imposto e exigir os seus direitos políticos de volta. Em meio a muitos protestos, a campanha das “Diretas Já” marcou o país e o poder de manifestação do povo brasileiro. A campanha era a favor da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para Presidente da República e demais cargos eletivos. Neste viés, o periódico Pasquim foi essencial para a divulgação da campanha e na atuação contra o regime militar. Por meio da Análise Documental, examinando as edições do Pasquim disponíveis no site da Biblioteca Nacional e em um acervo físico que contém cerca de 30 publicações, o trabalho visa mostrar a importância da Imprensa Alternativa em tempos de governos autoritários, mais especificamente, na época da Ditadura Civil-Militar. No período da campanha pelas eleições diretas, entre 1983 e 1984, o jornal publicou 106 edições, nas quais 17 capas dedicadas às Diretas Já, seja como assunto principal da capa ou secundário. Estas menções foram dadas em forma de textos opinativos, charges, convocações para manifestações populares, críticas e denúncias. A Imprensa Alternativa foi uma ferramenta importante da oposição ao regime militar e se consolidou enquanto espaço de resistência dos grupos e partidos de esquerda e a favor dos direitos humanos, auxiliando a sociedade, assim como os próprios jornalistas, a reconquistarem os seus direitos.

Palavras-Chave: ditadura civil-militar; imprensa alternativa; o Pasquim; Diretas já.

ABSTRACT

The Alternative Press on the Brazilian Civil-Military Dictatorship years was constituted by journalistic papers that were independent from the conventional media, aiming to work as resistance against the totalitarian regime that was forced upon Brazil ever since 1964 until 1985. About 150 Alternative newspapers were created in the Dictatorship years (Kucinski, 1991), on which could be observed a diversity of themes, like the political ones, humoristic ones, feminist ones, and even those about LGBTQIAPN+ rights. Those newspapers aimed, through communication vehicles, help the population to fight against the regime and demand to have their political rights back. Amid various protests, the “Diretas Já” (free translation: “Directs Now”) campaign defined the country and its population’s riot power. The campaign was in favor of the Dante de Oliveira Emend, which proposed direct elections not only for president, but for the other posts. In this light, the periodic Pasquim (free translation: “Squib”) was essential to promote the campaign and also to act against the military regime as a whole. Through the Documental Análisis, examining the issues of Pasquim, which are available on the Biblioteca Nacional’s (free translation: “National Library”) website and on a physical collection, which contains about 30 issues on it, the work aims to highlight the importance of the Alternative Press in authoritarian government times, more specifically in the Brazilian Civil-Military Dictatorship years. The journal in between the years 1983 and 1984, published 106 issues, on which 6 of the covers mentioned the Directs campaign, while on the 11 others the campaign was the main subject of the cover, making it 17 covers dedicated to the Diretas Já campaign. Those mentions were inserted on opinionated texts, drawings, calls for actions and riots, critic pieces and complaints. The Alternative Press was a vast tool used by the regime’s left winged opposition and by the human rights groups and parties, helping the society, as well as the journalists, to reconquer their lost rights.

Keywords: civil-military dictatorship; alternative press; o pasquim; diretas já.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Charge sobre a falta de cobertura da Globo no comício das Diretas Já.....	30
Figura 2 – Texto criticando a imprensa convencional por não apoiar a campanha das Diretas Já.....	31
Figura 3 – Texto criticando os militares e a grande mídia por mentir sobre os números que o comício alcançou.....	32
Figura 4 – Charge “grande imprensa boicota Diretas”.....	33
Figura 5 – Texto convidando o leitor a pressionar os políticos para apoiar a campanha das Diretas Já.....	34
Figura 6 – Texto convidando os leitores para participar de uma manifestação a favor das Diretas Já.....	35
Figura 7 – Capa sobre as Diretas Já.....	36
Figura 8 – Capa sobre o comício da Candelária a favor das Diretas Já.....	38
Figura 9 – Capa sobre o comício da Candelária.....	39
Figura 10 – Capa sobre o Sambódromo.....	40
Figura 11 – Charges sobre as Diretas Já.....	42
Figura 12 – Charge satirizando o crucifixo de Jesus Cristo e as Diretas Já.....	43
Figura 13 – Charge satirizando as palavras de Jesus Cristo e as relacionando com as Diretas Já.....	44
Figura 14 – Charge “indiretas volver”.....	45
Figura 15 – Capa da edição especial sobre o comício da praça da Sé.....	46
Figura 16 – Texto de depoimento no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.	47
Figura 17 – Lista de deputados que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira.....	49
Figura 18 – Capa com a lista de telefone dos deputados que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira.....	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO 1 – A DITADURA MILITAR E A IMPRENSA ALTERNATIVA	14
2.1	Ditadura e a campanha “Diretas Já”.....	14
2.2	A imprensa alternativa na ditadura civil-militar.....	18
2.3	O Pasquim.....	22
3	CAPÍTULO 2 – O PASQUIM NA BUSCA PELOS DIREITOS POLÍTICOS	27
3.1	Metodologia.....	27
3.2	Crítica à ausência de cobertura sobre o “Diretas Já” na imprensa convencional.....	29
3.3	Convocações para a participação em mobilizações populares.....	33
3.4	Capas dedicadas à campanha “Diretas Já”.....	36
3.5	O humor do Pasquim através das charges.....	41
3.6	Edição especial sobre as Diretas.....	45
3.7	Repercussão após a derrota da Emenda Dante de Oliveira.....	48
3.8	A influência do Pasquim para a resistência na ditadura civil-militar através das diretas já.....	51
4	CONCLUSÃO	53
5	REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar brasileira iniciou no dia 31 de março de 1964, quando ocorreu um golpe de estado que resultou no regime autoritário que tirou João Goulart do poder. A época foi marcada por restrição da liberdade de expressão, perseguição dos movimentos de oposição e censura da imprensa. Logo, a população perdeu seus direitos de liberdade de expressão do seu cotidiano através de leis e atos institucionais que os forçaram a viver com medo das consequências que a desobediência traria. Posto isto, foi necessário o brasileiro entrar na vida de clandestinidade para lutar pelos seus direitos através dos movimentos populares e da imprensa alternativa, que chegou a ter cerca de 150 jornais durante os anos da ditadura (Kucinski, 1991, p.05).

A imprensa alternativa – ou imprensa nânica – foi uma estratégia que os jornalistas e artistas da época da Ditadura Civil-Militar brasileira de 1964 encontraram de se opor ao regime totalitário que removeu os direitos de expressão da população, sujeitando-a a agressões e imposições em suas vidas pessoais, acadêmicas, profissionais e culturais. Os jornais clandestinos tiveram sua iniciativa ao perceber e entender o descontentamento da sociedade brasileira com a imposição militar, controlando cada seção da sociedade e colocando em risco a vida da população. Também se deu, claro, com a inquietação dos próprios jornalistas da esquerda que, apesar dos diferentes vieses, concordavam que o cenário vigente na época era um desrespeito aos direitos humanos.

O jornal Pasquim foi um dos periódicos da imprensa alternativa mais bem-sucedidos da época. De estilo irônico e humorístico, conquistou um público fiel dentro dos grupos de esquerda, especialmente entre os estudantes universitários. A fim de analisar os feitos dos jornais alternativos dentro do regime militar, através da análise do Pasquim, o presente trabalho foca no período de 1983 e 1984, quando ocorreram a campanha “Diretas Já” e a votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para Presidente da República.

Através da Análise Documental das edições nº 705 a 809, a monografia objetiva expressar a importância da imprensa alternativa para a sociedade em tempos de ditadura e de governos autoritários e como ela pode servir a população

como forma de resistência, usando como referência o jornal Pasquim. Para tanto, é importante apontar como a imprensa alternativa, diferente da grande mídia, atuou como resistência na ditadura civil-militar de 1964; entender a arte como forma de resistência e crítica política, através das charges do jornal Pasquim; observar a relevância do Pasquim como uma mídia de resistência sem fins lucrativos e fora do convencional, por ser cômico; e entender a importância da Comunicação como um veículo que visa a melhoria, o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade.

O interesse desta pesquisa veio ao observarmos e vivenciarmos o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e o desassossego que a Esquerda enfrentou ao ver os direitos que foram conquistados com esforço e dedicação ao longo dos anos serem ameaçados em pouco tempo. No governo Bolsonaro, a imprensa também era tratada com desdém, quando, somente no ano de 2022, o Relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)¹ relatou 376 casos de agressões, ameaças e intimidações contra os comunicadores, não piores que os incidentes de 2021, quando eram 12,53% mais altos, somando 430 casos neste período de um ano. O ex-presidente sozinho foi responsável por 104 das situações de desrespeito, sendo 80 descredibilizações da imprensa e 24 agressões a jornalistas (verbais e hostilização).

Além disso, em 2024, o ano de realização e publicação da monografia, no dia 31 de março, completou 60 anos do início do golpe militar de 1964. A data é importante para lembrar a barbaridade que ocorreu durante o regime e conscientizar a população sobre os perigos de uma ditadura. Ademais, também em 2024, fez-se 40 anos da votação da Emenda Dante de Oliveira, que ocorreu no dia 25 de abril de 1984.

Oliveira E Evangelista (2020) apontam que houve uma alta nas pesquisas no Google a expressão “Ditadura Militar Brasileira” em outubro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno das eleições deste ano, que foi entre Jair Bolsonaro, candidato pelo Partido Social Liberal (PSL) e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹ Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

Portanto, era de interesse entender como em um cenário próximo, porém mais agravado, como na Ditadura Civil-Militar, a mídia lidava com o autoritarismo e a violência descontrolada voltada contra a população e a imprensa.

O primeiro capítulo da monografia, intitulado “A Ditadura Militar e a Imprensa Alternativa”, contextualiza a Ditadura Civil-Militar, seus feitos e principais leis e como estas leis afetaram a população e a imprensa. Além disso, também discorre sobre a campanha das Diretas Já e a Emenda Dante de Oliveira. Logo após, é apresentado o conceito da Imprensa Alternativa e sua história e, por fim, a história e os feitos do jornal Pasquim, que é o principal objeto de estudo analisado no trabalho.

No segundo capítulo, “O Pasquim na Busca pelos Direitos Políticos”, apresentamos inicialmente o percurso metodológico do trabalho para, em seguida, analisar as publicações do Pasquim em 1983 e 1984 que falavam sobre as Diretas Já, apresentando os dados da pesquisa realizada.

CAPÍTULO 1 – A DITADURA MILITAR E A IMPRENSA ALTERNATIVA

1.1 Ditadura e a campanha “Diretas Já!”

A Ditadura Militar foi um regime autoritário que iniciou através de um golpe de Estado em 31 de março de 1964. A época também foi denominada como Ditadura Civil-Militar pelo historiador Daniel Arão Reis Filho, na entrevista dada ao site Agência Brasil². Nela, ele fala que a denominação é dada pela participação ativa dos empresários brasileiros mais importantes, como a imprensa convencional, os grandes bancos e federações industriais. Entre as justificativas apresentadas para a ruptura institucional estava o discurso de proteger o país de uma suposta “ameaça do comunismo”, reflexo do contexto na tensão da Guerra Fria, após João Goulart, também conhecido como Jango, assumir a presidência, tornando-se assim o 14º presidente da República. Em seu terceiro, e último, ano de mandato, João Goulart foi deposto de seu cargo por um golpe de estado implantado pelos militares, dando início ao Regime Militar.

A partir de 1964, sob o comando opressivo dos militares, o povo brasileiro sofreu uma enorme repressão de sua liberdade de expressão e cassação dos direitos políticos, impedindo a população de exercer o livre arbítrio e a manifestação de suas opiniões. Segundo Bobbio (2004), regimes autoritários tendem a diminuir radicalmente o consenso, tirando o poder do povo e o colocando nas mãos de uma só pessoa ou instituição.

De acordo com a perspectiva weberiana, a estrutura de um sistema de dominação é dada (a) pelo tipo de relação que os detentores do poder mantêm com o chamado aparato, que corresponde ao conjunto de indivíduos que colaboram no exercício dos poderes imperativos e coativos, visando a conservação do sistema de dominação e (b) pela relação dos detentores do poder e do aparato, de um lado, com os dominados, de outro. (Sequeira e Rocha, 2004, p.03)

² Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes#:~:text=O%20professor%20acrescenta%20que%20os,ocultar%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20civis%E2%80%9D>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Em consequência da violação das regras autoritárias impostas pelo regime, ocorreram torturas extremas, prisões abusivas, estupro, assassinatos e perseguições que em muitos casos terminaram em exílios, marcando os anos 1960 até os anos 1980 como uma época excessivamente violenta na história do Brasil.

Em seus atos de tirania, os presidentes do regime militar criaram os Atos Institucionais, ou AI, com cerca de 17 emitidos entre 1964 a 1969, que se afastaram cada vez mais de um Estado Democrático de Direito e da preservação dos direitos humanos. Os cinco primeiros Atos Institucionais foram os mais importantes, começando com o AI-1³ que removeu a base jurídica para os atos irregulares que ocorreram na época. No AI-2⁴ os poderes do presidente foram fortalecidos, podendo, assim, cassar os direitos políticos dos cidadãos por até 10 anos. Além disso, os partidos políticos foram extintos e as eleições passaram a ser indiretas. Seguindo os passos do anterior, o AI-3⁵ decretou que as eleições para governadores fossem realizadas indiretamente, enquanto a das prefeituras das capitais seriam por nomeação. No quarto⁶ Ato Institucional, foi estabelecida uma nova constituição para substituir a de 1946, que na época ainda estava em vigência, apesar das inúmeras modificações que as descaracterizaram por inteiro.

Em 13 de dezembro de 1968 foi emitido o Ato mais conhecido, que decretou o período mais sombrio da Ditadura Militar, chamado de “Anos de Chumbo”. O AI-5⁷ foi uma série de doze artigos que davam ao presidente poder máximo. Além disso, houve o fechamento do Congresso Nacional e o cancelamento do direito a habeas corpus por crimes políticos. Nele, o presidente poderia decretar estado de sítio por tempo indeterminado, cassar mandatos, demitir funcionários públicos, confiscar bens pessoais e interceder nas decisões de todos os estados e municípios. Sindicatos, movimentos estudantis, lideranças e movimentos sociais foram todos fechados em consequência da implementação do AI-5 (Vaucher, 2012, p.02). Este Ato consolidou a ditadura como tal, dando total direito ao Estado totalitário e agravando a situação dos cidadãos e da imprensa brasileira.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em 02 de junho de 2024.

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 15 nov. 2023

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm. Acesso em: 15 nov. 2023

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acesso em: 15 nov. 2023

⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 nov. 2023

Durante o AI-5, aproximadamente 1500 pessoas sofreram cassação e afastamento de serviço público, enquanto cerca de 950 peças e filmes foram censurados. Mais de 10 mil cidadãos foram presos e torturados, ao mesmo tempo que cerca de 390 foram mortos (Oliveira e Evangelista, 2020, p.13).

O cenário da imprensa não se divergia dos civis. Em seu regime fechado, os militares perseguiram não só os indivíduos, mas também os veículos de comunicação. Para ter a certeza do controle que ditava, o regime censurava fortemente os jornalistas que trabalhavam nas redações dos canais de imprensa da época, revisando e cortando toda e qualquer matéria, reportagem e entrevista que não agradasse ao autoritarismo extremo que estava sendo imposto à população brasileira. Em contraposição, vários grupos de comunicação apoiavam o regime militar e se beneficiavam dele, chegando a acordos monetários para servir de propagação da ditadura e pintar uma face positiva dela.

Veículos tinham suas edições completamente censuradas e seus jornalistas pressionados pelos militares, em que a desobediência resultaria em prisões, fechamentos de redações, torturas e mortes. Para reforçar a proibição, em 9 de fevereiro de 1967, o governo Castelo Branco impôs a Lei de Imprensa⁸, de número 5.250, que considerou criminosa qualquer divulgação (seja rádio, TV, jornal, música, livro ou cinema) que realizasse “propaganda de processos para a subversão da ordem política e social”, ou seja, qualquer obra de comunicação ou artística que contrarie o sistema ou que incentive a oposição às leis ditatoriais.

Em contraposição, parte da mídia e a população não estavam satisfeitas com a situação. Desde a implementação do AI-5, revoltas, lutas e manifestações ocorreram por todo o país, graças aos movimentos estudantis e sociais. Com a pauta sobre eleições diretas sendo discutida entre ativistas por anos, em fevereiro de 1983 o deputado federal Dante de Oliveira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), propôs um projeto de emenda constitucional, que levava seu nome, a fim de restabelecer as eleições diretas para todos os cargos em 1984. A campanha

⁸ Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm#:~:text=LEI%20No%205.250%2C%20DE%209%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201967.&text=Regula%20a%20liberdade%20de%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20do%20pensamento%20e%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 22 mar. 2024.

começou em abril do mesmo ano para ocorrer as votações no dia 25 de abril de 1984.

A campanha tomou o nome de “Diretas Já”, na qual milhares de brasileiros apoiaram, participando de manifestações, comícios e atos. O primeiro se deu em novembro de 1983, em São Paulo e teve uma multidão de cerca de 10 mil pessoas, já em janeiro de 1984, em Curitiba, um protesto reuniu mais de 30 mil manifestantes.

Estudantes, operários, intelectuais, sindicalistas, artistas, jogadores de futebol, em especial os cidadãos comuns, compuseram esse sujeito coletivo. Milhares de indivíduos anônimos, dispersos – em sua maioria sem envolvimento direto nas lutas políticas – nesse momento, na condição de *sujeito plural* e a partir de um agir comunicativo, assumiram, coletivamente, uma posição favorável à emenda Dante de Oliveira. (Oliveira et al, 2012, p.135)

Depois disso, os números expandiram intensamente, como mostrou o comício da praça de Sé, no centro de São Paulo, que juntou 300 mil pessoas. O evento incluiu políticos, artistas, atletas de várias outras categorias, fazendo dele um símbolo e referência das manifestações brasileiras. Já no dia 16 de abril, nove dias antes da votação, ocorreu o que foi marcado como o maior ato popular do Brasil, no vale do Anhangabaú, que recebeu cerca de 1,7 milhões de pessoas em seu protesto, enfatizando o grande apoio popular que a Emenda Dante de Oliveira teve e o quanto o povo brasileiro queria seus direitos políticos – como também todos os outros direitos – de volta.

Segundo Oliveira et al (2012), os comícios se tornaram a forma mais popular que o povo brasileiro encontrou de reivindicar seus direitos e apoiar a Emenda Dante de Oliveira.

Em 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira sofreu uma frustrante derrota, sendo rejeitada por votos insuficientes. Para ser aprovada, a Emenda precisava alcançar 320 votos dos 479 congressistas, cerca de 66% do total de votos. Após a votação, a Emenda obteve 289 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções. Também, por uma jogada feita por partidos aliados à ditadura, 112 deputados não compareceram à votação.

Com a proximidade da votação da emenda em 25 de abril de 1984, algumas lideranças tentaram promover o enfraquecimento da Campanha. Figuras influentes, como Tancredo Neves, se ausentaram dos comícios finais alegando ser necessário “evitar a radicalização que pode levar o País à situação de um retrocesso que gerará para o povo condições mais difíceis e penosas do que aquelas que ele enfrenta no momento”. (Oliveira et al, 2012, p.138)

A derrota marcou o encerramento da Emenda Dante de Oliveira e da campanha das Diretas Já, porém não deu fim ao anseio que o povo brasileiro tinha de retomar seus direitos políticos.

1.2 A imprensa alternativa na ditadura civil-militar

A repressão causada pelo regime militar afetou várias camadas da sociedade, desde os cidadãos até os políticos. A censura imposta na imprensa nacional era tão severa que se fazia impossível de uma redação jornalística realizar seu trabalho sem uma intervenção militar em suas edições. Em casos de transgressões, a punição se dava em forma de prisões e torturas, especialmente após a instalação do AI-5, que deu início aos “Anos de Chumbo” do regime, visto que dava total liberdade e poder ao presidente. Por isso, as emissoras e jornais convencionais sucumbiram à ditadura, deixando a população sem alternativas de informações reais, sem a manipulação do regime. Porém, é importante destacar que muitos dos veículos estavam do lado da Ditadura e tinham acordos com o regime.

Conseqüentemente, houve a união de jornalistas, também insatisfeitos com a conjuntura do país, para a criação de periódicos alternativos que não estavam associados à grande mídia. Estes jornais visavam se opor e passar pela censura da ditadura, a fim de ser um espaço seguro para aqueles que eram contra o regime e buscavam se informar e organizar.

Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa

no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas ativistas políticos. (Kucinski, 1991, p.10).

A Imprensa Alternativa não tinha o mesmo porte dos veículos convencionais. Suas redações eram pequenas, com poucos funcionários e as publicações, em vez de diárias, como geralmente era feito, saíam semanalmente, quinzenalmente ou até mesmo mensalmente.

Apesar de querer passar pela censura dos militares, os jornais alternativos eram alvos ainda maiores do regime, como diz Bernardo Kucinski (1991) em seu livro “Jornalistas e Revolucionários”: “O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia.” (Kucinski, 1991, p.05).

Na Ditadura Civil-Militar existiam dois tipos de censura que eram postas aos jornalistas e artistas da época. A primeira era a Censura Prévia, que consistia na examinação de tudo que seria publicado na imprensa, realizado pelos funcionários do regime, determinando o que iria ou não ser difundido (Vaucher, 2012, p.03). Em meio aos vetos, a edição era tão prejudicada que, em alguns casos, inviabilizava sua publicação.

O outro tipo era a da Autocensura, geralmente praticada pela grande imprensa, em que os produtores das redações ditavam o que os jornalistas escreviam. Esta prática acontecia quando os donos dos jornais faziam acordos com o regime militar (Vaucher, 2012, p.04).

Kucinski (1991) conta que a partir do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no ano de 1975, uma mudança ocorreu nas relações de trabalho das redações da grande imprensa, o que ele fala ser um “rompimento”, acabando, assim, com a maneira compreensível e tolerante que a mídia estava tratando o regime, dando, então, início a vários periódicos alternativos de grande importância. Durante o período de 1964 a 1980, existiam cerca de 150 periódicos alternativos (Kucinski, 1991, p.05).

A Imprensa Alternativa foi chamada por vários nomes populares, como o internacional *underground* e outros mais comuns: tropicalista, marginal, nanica,

não-alinhada, emergente, poesia jovem e outros vários sinônimos ligados à esfera da clandestinidade em que estes jornais se encaixavam (Barros, 2003, p.63).

De acordo com Kucinski (1991, p.05), a denominação “alternativa” se dá em quatro significados: o primeiro, o mais evidente, é o alternativo como algo que está distante da cultura ou política influente, um bom exemplo para entender o conceito mais afundo seriam as subculturas alternativas como o punk, rock e gótico; a escolha entre duas coisas em que ambas são eliminatórias; a saída restante de uma situação desagradável; e, enfim, diz Kucinski (1991), o desejo das gerações das décadas de 1960 e 1970 de protagonizar as lutas que expandiram. Já a expressão “nanica” tem o significado inspirado no formato de tabloides que os jornais clandestinos escolheram seguir na época e também fazia jus ao valor financeiro que esses veículos tinham, não à sua essência (Kucinski, 1991, p.05).

Estes periódicos eram desenvolvidos por jornalistas e, em alguns casos, artistas para servir de resistência ao regime ditatorial que estava instalado no país, utilizando de seus veículos para cobrar, promover e acionar pessoas a favor da volta de um Estado democrático e o respeito aos direitos humanos. Nisso, os jornais se dividiam em duas categorias: políticos e de contracultura.

Os periódicos políticos eram enraizados nas culturas dos anos 1950 que enfatizavam a valorização do nacional e do popular, também no marxismo que se encontrava nos meios acadêmicos nos anos 1960 (Kucinski, 1991, p.05). Eles publicavam assuntos de interesses comuns entre a esquerda, também difundiam movimentos populares e sociais de protesto. Opinião, Movimento e Hora do Povo foram exemplos de jornais políticos de bastante sucesso e influência na época.

A contracultura, por sua vez, inspirado no movimento de contracultura norte-americano, também tinha influência do anarquismo, orientalismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre (Kucinski, 1991, p.06). Esse estilo buscava criticar o conservadorismo e os bons costumes, incentivava o anti autoritarismo e repreendia o “moralismo hipócrita da classe média” (Kucinski, 1991, p.06).

Entre a busca pela democracia e a oposição ao regime totalitário, existiram periódicos de diversos temas, como políticos, humorísticos, questões LGBTQIAPN+, feministas, entre outros.

O jornal Brasil Mulher, um alternativo criado para falar de pautas feministas, nasceu em 1975 com o apoio do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e sua primeira edição, como conta Kucinski (1991), foi distribuída em um dos primeiros encontros do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, deslocada de Londrinas até São Paulo na mala de sua fundadora, a jornalista Joana Lopes. A edição trazia temas clássicos da esquerda sobre causas sociais e também discorria sobre a anistia: “Brasil Mulher tinha como temas permanentes ‘saúde, educação e, principalmente, o grande número de abortos e como isso afetava o país; via a luta das mulheres como parte da luta de classes’.” (Kucinski, 1991, p.71).

Em relação aos direitos das pessoas do movimento LGBTQIAPN+, destacou-se o periódico Lampião de Esquina, lançado por Aguinaldo Silva, que era escritor do Opinião e fundador e colaborador do Movimento, ambos jornais alternativos. Suas edições traziam a luz assuntos que na época não eram muito bem-vistos, como a homossexualidade e a transexualidade.

Chegavam a enviar um manifesto em defesa dos direitos dos homossexuais ao Congresso Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas, que então se realizava em Roma, subscrito também pelo “Somos – Grupo de Armação Homossexual”. O manifesto exigia, “além do direito ao trabalho, o direito legítimo e inalienável ao prazer que é parte do seu direito à vida e à sobrevivência [...]. Acusavam a sociedade brasileira, inclusive “setores progressistas”, de consagrarem a “discriminação sexual”. (Kucinski, 1991, p.73).

O Lampião de Esquina tinha um formato diferente dos outros jornais, ao modo que sua diagramação era feita em uma única folha, com letras pequenas e textos curtos e humorísticos.

Em 1975 foi difundida uma das publicações mais importantes da época da ditadura: o jornal Movimento. Ele foi conhecido como o “jornal dos jornalistas”, pois arrecadou 750 milhões de cruzeiros reais em uma campanha para construir um jornal de propriedade de jornalistas. O Movimento sofreu por repressão desde sua primeira edição, tendo inúmeras reportagens censuradas pelo regime militar.

Ao contrário dos jornais alternativos, que faziam o possível para servir como oposição ao totalitarismo que estava acontecendo no país, a imprensa convencional

era conivente com a situação. A grande mídia foi tomada pela censura da ditadura e não ousava se rebelar do modo que a clandestinidade fazia. Não por seus jornalistas acreditarem ser certo ou defenderem o estado de opressão, mas pelo medo e grande pressão do governo que, assim, decidem cooperar. Dito isto, várias emissoras e veículos foram abertamente financiados pelo governo ditatorial e, por isso, apoiavam e difundiam as ideias do regime.

Com a grande imprensa sendo cada vez mais oprimida dentro de suas redações, também de casos de apoio a ditadura totalmente explícitos (Oliveira e Evangelista, 2020, p.02), a imprensa alternativa foi uma das únicas opções da população e dos movimentos revolucionários para se expressarem e repassar informações verídicas, inalteradas e, no entanto, claro, nada imparciais.

O Jornalismo, em particular o impresso, possuía suma importância para a sociedade brasileira na época em questão. Uma de suas principais funções é tornar público os temas decorrentes do momento, supondo uma possível hipótese de agendamento, *Agenda Setting*, nos debates entre a população. Nesse cenário, o Jornalismo é considerado um campo fundamental para a compreensão da realidade social e como isso ocorre, por meio de uma construção do cotidiano. (Oliveira e Evangelista, 2020, p.05).

Além da mídia convencional apoiar publicamente o regime militar, ela era financiada pelo Estado, que, por consequência, divulgava suas propagandas políticas nestes veículos comuns (Oliveira e Evangelista, 2020, p.07). O objetivo destas propagandas era exibir uma imagem positiva do regime (Sequeira e Rocha, 2004, p.04).

1.3 O Pasquim

O Pasquim nasceu logo após o Ato Institucional número 5 ser instaurado no país, em 26 de junho de 1969. Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Prosperi, Claudius e Jaguar foram os fundadores iniciais dele, vindos do jornal A Carapuça, em que também incluía o jornalista Sérgio Porto, que faleceu. Por isso, Tarso sugeriu a criação de outro periódico, tendo em vista que o anterior tinha o perfil de Sérgio Porto. Assim, nasceu o Pasquim, nome sugerido por Jaguar, que significava “jornal

difamador, folheto injurioso”, em que Jaguar disse ser proposital, para dificultar o trabalho dos críticos que viriam a falar do jornal.

Logo em sua primeira edição, o Pasquim já revolucionou o modo como se fazia jornal na época, “instituindo uma oralidade que ia além da mera linguagem coloquial para a escrita do jornal” (Vaucher, 2012, p.06). O periódico tinha um modo incomum de fazer jornalismo, sem reunião de pautas e sem estilos convencionais de escrita. Eles se viam como um grupo de amigos, uma “patota”, sem hierarquia, que expressavam os caminhos de suas mentes em uma folha de jornal. Eles se reuniam em bares e conversavam espontaneamente sobre a próxima edição a ser escrita (Kucinski, 1991, p.107).

Além disso, quando se trata de inovação, ele foi o primeiro a incluir palavrões na linguagem jornalística (Kucinski, 1991, p.108 e 109), através de variações dos termos originais e de asteriscos, o que não prejudicava a leitura do real significado “escondido” pelo eufemismo, concluindo o seu princípio de desprezar a moral e os bons costumes defendidos pelos militares e pela classe média brasileira.

O periódico se encaixava na categoria de contracultura entre os jornais alternativos. Um de seus principais objetivos era, além de servir como oposição à ditadura, criticar a hipocrisia da moral e os bons costumes promovidos pelo regime militar e pela classe média. A contracultura do Pasquim se centralizava no “anticaretismo”, repúdio ao conformismo, a tudo que fosse conservador, repressor e inautêntico (Kucinski, 1991, p.107), indo contra ao regime militar, a classe média moralista e à grande imprensa. Por isso, Kucinski diz que, apesar de político, ele também era filosófico.

Com o seu humor ácido, sarcástico e sem censura – e, muitas vezes, bastante machista e um tanto homofóbico, divergindo-se facilmente do que seria aceito atualmente, porém era comum para a época, até mesmo entre a esquerda –, conquistou a preferência do Brasil inteiro, tornando-se, assim, um estilo de vida.

Paradoxalmente, O PASQUIM era machista, fazendo do feminismo e do homossexualismo objetos de chacota e provocação, outra influência da revista Playboy, que considerava homossexualismo uma aberração, e o feminismo uma ameaça ao romantismo nas relações amorosas. Os dissidentes d’OPINIÃO, fundadores de Beijo, denunciariam O PASQUIM

como falsamente libertário na questão do homossexualismo. (Kucinski, 1991, p.110).

O jornal se estabilizou depois de somente sete meses após a sua primeira edição. Na 37ª, eles alcançaram 225 mil vendas em um só exemplar (Kucinski, 1991, p.108). Dentro deste sucesso, os leitores de cidades do interior criaram “clubes de leitura do Pasquim”, mostrando o quanto o periódico agradou o público afetado pelo regime militar. Além disso, a publicidade nas edições passa a ocupar 25%, chegando até a 30%, das publicações.

O leitor padrão do jornal (70% do total) tinha entre 18 e 30 anos, o filé mignon do mercado. Em circunstâncias normais, vendendo (já na edição número 16) 80 mil exemplares e aumentando a tiragem, em dez semanas, para 200 mil. (Augusto e Jaguar, 2006, p.10).

No entanto, no meio de todo esse sucesso, é importante lembrar que o Pasquim ainda atuava em meio a um regime de supressão de direitos e de censura extrema. A partir do enorme êxito de suas edições, o jornal passou a ser um grande alvo da ditadura, com a justificativa que ele abria espaço para grupos de subversão que tinham como seu objetivo a destruição da família brasileira. Em fevereiro de 1970, foi introduzido o Decreto-Lei 1.077, que pôs uma nova fase na censura prévia de caráter político, em que incriminava os espetáculos, considerando que “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.

A entrevista com a atriz Leila Diniz, que falava sobre a liberação sexual feminina e causou grande choque e revolta nos conservadores da época, tanto que em março de 1970 foi plantada uma bomba no quintal da sede do jornal, a qual não explodiu, e foi especulado que o explosivo foi posto pelos aliados da Tradição Família e Propriedade (TFP) (Kucinski, 1991, p.111). Depois disso, foram enviados agentes do regime para censurar o Pasquim, ato este que foi levado com humor, até que em novembro do mesmo ano os policiais invadiram a redação do jornal, prendendo todos os jornalistas que estavam presentes, menos Tarso de Castro, que conseguiu fugir e se abrigar em uma casa na vizinhança.

As prisões, no entanto, não acabaram com o jornal. As edições continuaram normalmente, sem o público saber do acontecimento nos primeiros momentos. Porém, ao voltarem da cadeia, os escritores do jornal contaram sua versão da história de um modo humorístico e oculto, referindo ao episódio como um “surto de gripe” (Vaucher, 2012 ,p.08). A notícia da prisão teve uma grande repercussão por meio dos leitores.

Após o confinamento, o jornal sofreu de uma grande queda, uma parte pela insatisfação dos jornalistas que foram presos, e parte pela imensa censura que estava sendo imposta a ele. Em consequência, os donos das bancas de jornais começaram a se recusar a vender o Pasquim, com medo da repercussão por parte dos militares. Depois de sair da prisão, que levou o tempo de oito semanas, as tiragens haviam caído de 180 mil para 60 mil exemplares e, com isso, as publicidades caíram para zero (Kucinski, 1991, p.112). Após o encarceramento dos jornalistas, ele se tornou símbolo de resistência aos olhos do público que o lia e de outros jornalistas. Mesmo com a censura ainda reforçada, quando os jornalistas tinham que enviar as matérias para Brasília para serem analisadas, escrever para o Pasquim se tornou um privilégio.

Em 24 de março de 1975, na véspera do lançamento de sua 300ª edição, a censura foi retirada do jornal.

O Pasquim resistiu até o ano de 1991, em sua 1.072ª edição, na qual muitos dizem não ser mais o mesmo que um dia já foi. As piadas ficaram velhas e o humor mudou. Um antigo escritor do jornal, João Carlos Rabelo, comprou o título de Jaguar em 1988, quando ele só vendia 3 mil exemplares por edição e já não era mais semanal, e sim quinzenal e, às vezes, mensal.

O PASQUIM também pagou um preço estético pela sua resistência. De tanto desenhar o forte batendo no fraco, o policial massacrando o estudante, o torturador e o torturado, o humor d'O PASQUIM foi se contaminando pelo clichê do bom e do mau, pelo qual “a polícia bate sempre, é má, o marginal sempre é bom”. Ocorre que nos anos de 1980 não havia mais lugar para essa visão esquemática, ou para qualquer visão racional. (Kucinski, 1991, p.118).

Muitos escritores do jornal foram importantes para sua história e suas edições. Um deles foi o artista e jornalista Millôr Fernandes, que assumiu a presidência do jornal em 1970. Após o Pasquim, ele continuou escrevendo para outros jornais como *IstoÉ*, *O Dia*, *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*. Outro nome importante que passou pelo Pasquim foi Reinaldo Figueiredo, que em 1984 criou o tablóide “O Planeta Diário”, que logo se juntou à revista “Casseta Popular” e se tornou o “Casseta e Planeta”, o famoso programa de humor da TV Globo.

Após o término, Jaguar, de nome completo Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, um dos fundadores do jornal, continuou seu trabalho como cartunista e começou a trabalhar na edição do jornal *A Notícia*. Já Ziraldo, outro fundador e cartunista que fez história no jornal, teve suas revistas em quadrinhos (como *O Menino Maluquinho* e *Turma do Pererê*) cada vez mais exaltados até que, em 1999, lançou a revista “*Bundas*”, que fazia uma referência humorística a “*Caras*”. Em 2008, Jaguar e Ziraldo, junto com outros indivíduos que foram maltratados pela ditadura, tiveram seus processos de anistia aprovados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e receberam cerca de um milhão de reais em indenizações.

Criadora e escritora da seção “As Dicas”, Olga Savary é uma das únicas mulheres que passou pelo periódico. Além de escritora, Olga era tradutora e traduziu cerca de 40 livros hispano-americanas. Em 1971, ela ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura Adulta com sua obra “*Espelho Provisório*”. Mais uma mulher que fez história no jornal foi Martha Alencar, uma jornalista e cineasta cearense, que, além de trabalhar na mídia impressa, continuou atuando no cinema brasileiro como produtora.

O Pasquim teve influência em várias áreas do jornalismo, mas é importante perceber a grande quantidade de nomes que passaram por lá, que se totaliza muito além dos que foram citados anteriormente.

CAPÍTULO 2 – O PASQUIM NA BUSCA PELOS DIREITOS POLÍTICOS

2.1 Metodologia

O tipo de pesquisa escolhida como base para a realização da metodologia do atual trabalho foi a Análise Documental, necessária para um registro histórico de qualidade, devido ao cunho histórico-jornalístico da monografia, buscando resgatar a história por meio das publicações (Novelli et al., 2005, p.269). A monografia realiza seus métodos através da interdisciplinaridade, juntando a comunicação com a história, pesquisando sobre períodos históricos e a influência dos veículos jornalísticos neles. Sobre isto, Novelli (2005) fala que a interdisciplinaridade está presente em várias pesquisas de comunicação e o método cresce cada vez mais, tendo em vista que ela torna a pesquisa capaz de atender às exigências dos estudos científicos.

O método de Análise Documental consiste em identificar, verificar, analisar, interpretar e apreciar documentos para um fim (Novelli et al., 2005, p.271). Na maioria das vezes, a Análise Documental é qualitativa, em que verifica o teor e o conteúdo do material que está sendo estudado. Este estudo utiliza da Análise Documental qualitativa, para buscar entender como o jornal Pasquim auxiliou na campanha a favor da Emenda Dante de Oliveira. Um pouco mais rara é a Análise Documental do tipo quantitativa, em casos que a quantidade da informação é mais importante para o estudo.

Segundo Novelli (2005), as fontes da Análise Documental são secundárias, ou seja, os conteúdos analisados já foram reunidos e organizados. A mídia impressa é uma delas, como jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos, etc., também existem as eletrônicas, que consistem em vídeos, áudios, e imagens e, por fim, os relatórios técnicos. E, como os dados secundários já são finais e não há maneira de coletar mais informações, os pesquisadores ficam restritos àquelas que estão disponibilizadas.

Através da Análise Documental, o trabalho explora as edições do jornal Pasquim, escolhido pelo seu impacto na população, mostrado através do sucesso

de vendas e da lealdade de seus leitores. A pesquisa analisou mais especificamente os anos 1983 e 1984, quando ocorreu a campanha Diretas Já, a favor da Emenda Dante de Oliveira. Para tanto, foi necessário acessar as edições através da Biblioteca Nacional⁹ on-line, que dispõe de todas as publicações do periódico, desde o seu início em 1969 até o seu fim, em 1991.

A Biblioteca Nacional dispõe de uma ferramenta de pesquisa de palavras e frases, que auxiliaram na coleta de dados, textos, imagens e ilustrações para a monografia. Ao pesquisar “Diretas Já” e “Emenda Dante de Oliveira”, termos essenciais do trabalho, o site da Biblioteca Nacional destacava as palavras pesquisadas, facilitando a leitura de textos que se referem diretamente ao tema. Além do destaque, a ferramenta também mostrava quantas vezes os termos foram usados em cada edição, facilitando a contagem para fins de pesquisa.

Em uma adição bastante importante, foi disponibilizado um acervo pessoal físico de um casal de historiadores Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio e Thuca Kércia Morais de Lima que contém cerca de 30 edições, nas quais muitas estão inteiras, porém algumas encontram-se somente parte das publicações. O acervo está em ordem cronológica, começando pela edição 00751, de 17 de novembro de 1983 a 23 de novembro de 1983, porém é difícil dizer em qual acaba, pois a última publicação ligada à coleção não tem capa. No entanto, a última capa que está localizada perto do final do acervo é a edição de número 00806, de 06 de dezembro de 1984 até 12 de dezembro de 1984.

O intervalo das impressões é paralelo ao período que a pesquisa avalia e possui quase todas as publicações necessárias para a análise das ações que Pasquim realizava para divulgar e opinar sobre a conjuntura da época da campanha das Diretas Já. O recorte foi definido com o tema das Diretas Já em mente, então foram disponibilizados os jornais referentes ao período de 1983-1984, pelos historiadores Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio e Thuca Kércia Morais de Lima.

As publicações que não se encontravam no acervo físico poderiam ser analisadas pelo acervo do site da Biblioteca Nacional, no entanto existem duas vantagens do modelo físico que o torna preferencial: a impressão da imagem a ser

⁹ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em

colocada na monografia está em melhor qualidade, na qual, algumas vezes, não iriam ter a mesma qualidade por captura de tela na Biblioteca Nacional e, pela pesquisa digital ser feita por uma ferramenta automática, muitas das vezes não destacava as palavras precisas devido a imprecisão de não reconhecer a fonte utilizada (como palavras escritas à mão, a exemplo das charges), enquanto no físico, o pesquisador consegue perceber as partes que a ferramenta digital não destacou.

Mediante às duas ferramentas extremamente essenciais para a realização da pesquisa desta monografia, foi preciso a análise de todos os textos e imagens que se referiam às Diretas Já e à Emenda Dante de Oliveira, a fim de coletar material para avaliar os feitos do Pasquim durante o período de luta pelos direitos políticos. Após a leitura, houve a separação e o armazenamento de imagens e capturas de tela que melhor alcançava o objetivo da pesquisa na ferramenta Drive disponibilizada pelo Google e, por fim, a escolha de todos os materiais que seriam incluídos na atual monografia.

2.2 Crítica à ausência de cobertura sobre o “Diretas Já” na imprensa convencional

No período ditatorial, a grande mídia cobria somente o que era liberado pelo regime, devido à alta censura imposta aos veículos de comunicação e também aos acordos feitos pela imprensa com os militares. Porém, a imprensa alternativa, apesar de sofrer do mesmo tipo de silenciamento, fazia questão de noticiar e opinar sobre os ocorridos. Por isso, o Pasquim tinha entre seus objetivos fazer uma clara crítica à imprensa convencional, por meio de textos opinativos e charges humorísticas.

Durante o período da campanha para a reconquista do voto direto, as “Diretas Já”, iniciada pela Emenda Dante de Oliveira, não foi diferente. A imprensa convencional se recusava a dar voz à população que pedia seus direitos políticos de volta e diminuía as ações das manifestações a favor da Emenda, tentando convencer os seus leitores que o povo não estava interessado neste tipo de demonstração política.

FIGURA 1 – Charge sobre a falta de cobertura da Globo no comício das Diretas Já



Fonte: O Pasquim, edição número 00762, página 09

Nesta charge, de 02 de fevereiro de 1984 a 08 fevereiro de 1984 (FIGURA 1), feita pelo famoso cartunista Peron, em uma edição especial sobre o comício a favor das Diretas na praça da Sé, que juntou 300 mil pessoas no centro de São Paulo, Pasquim ironiza não só a falta de cobertura da rede Globo quando se trata da manifestação, mas também o ocultamento dela, fazendo um jogo com o verbo “cobrir”.

FIGURA 2 – Texto criticando a imprensa convencional por não apoiar a campanha das Diretas Já



Fonte: O Pasquim, edição número 00765, página 22

O trecho da figura 2 (de 23 de fevereiro de 1984 a 29 fevereiro de 1984) mostra o Pasquim expressando, com ironia e uma certa repulsa, o quanto a grande imprensa não apoiava a campanha das Diretas através de uma indireta para um escritor que não foi nomeado, mas trabalha em um dos “jornalões”, que seriam os veículos convencionais.

O jornal encorajava a indignação contra aqueles que mantinham e conservavam o regime militar, sendo eles políticos, civis, empresas e até os próprios jornalistas. Suas charges e seus textos satirizavam a falta de apoio da imprensa convencional para com a campanha das Diretas Já.

FIGURA 3 – Texto criticando os militares e a grande mídia por mentir sobre os números que o comício alcançou



Fonte: O Pasquim, edição número 00765, página 22

Ainda na mesma edição da imagem anterior, esse texto de 23 de fevereiro de 1984 a 29 fevereiro de 1984 (FIGURA 3) mostra que a grande imprensa e a polícia foram colocados no mesmo local pelos escritores do Pasquim quando se trata da manutenção do regime militar, de desinformação, e a tentativa de diminuição das conquistas da campanha Diretas Já.

FIGURA 4 – Charge “grande imprensa boicota Diretas”



Fonte: O Pasquim, edição número 00762, página 15

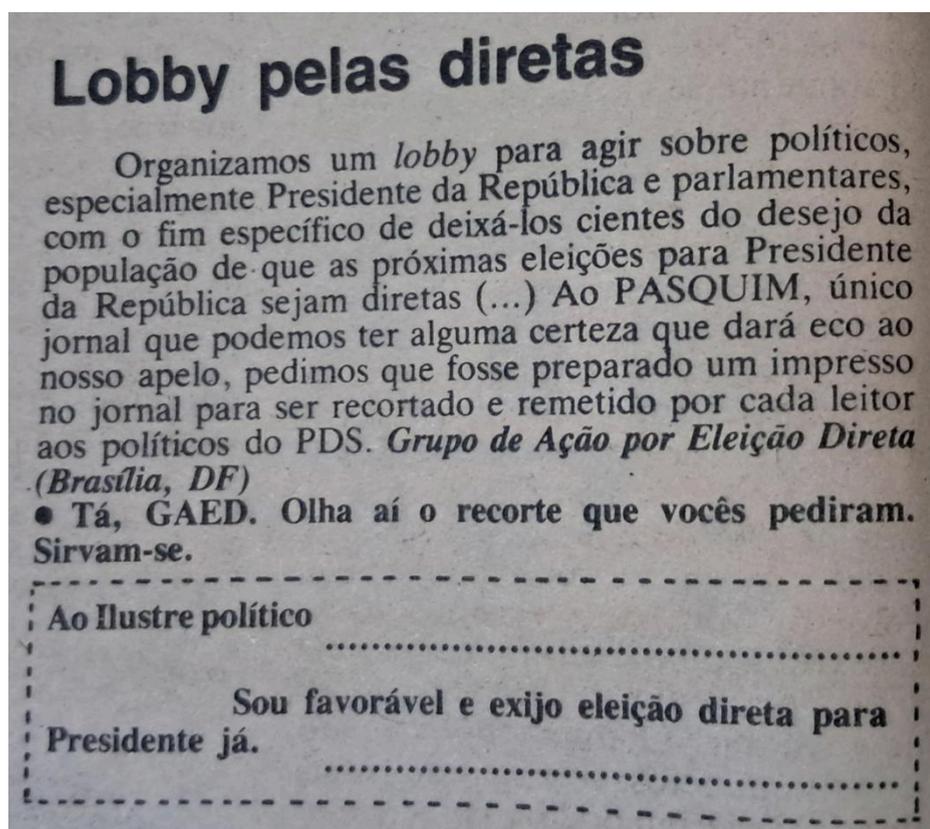
A tirinha (FIGURA 4, de 02 de fevereiro de 1984 a 08 fevereiro de 1984) se encontra na edição especial sobre as Diretas Já, número 762, e faz referência à cobertura propositalmente errônea da Rede Globo, na qual o veículo cobriu o evento como uma festa para comemorar o aniversário de São Paulo, e não o que realmente era, um comício a favor das Diretas Já. A ocorrência está detalhada no site “Memória Globo”¹⁰.

2.3 Convocações para a participação em mobilizações populares

¹⁰ Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja/noticia/diretas-ja.ghtml>. Acesso em

Em meio aos seus vastos textos, quadrinhos e tirinhas, o Pasquim também incluía em suas publicações chamadas para participar de comícios, atos, manifestações e até reuniões. Para o Pasquim, era importante a divulgação destes eventos para incentivar seus leitores a participarem, mas também para conseguir que a campanha chamasse atenção de todo o país.

FIGURA 5 – Texto convidando o leitor a pressionar os políticos para apoiar a campanha das Diretas Já

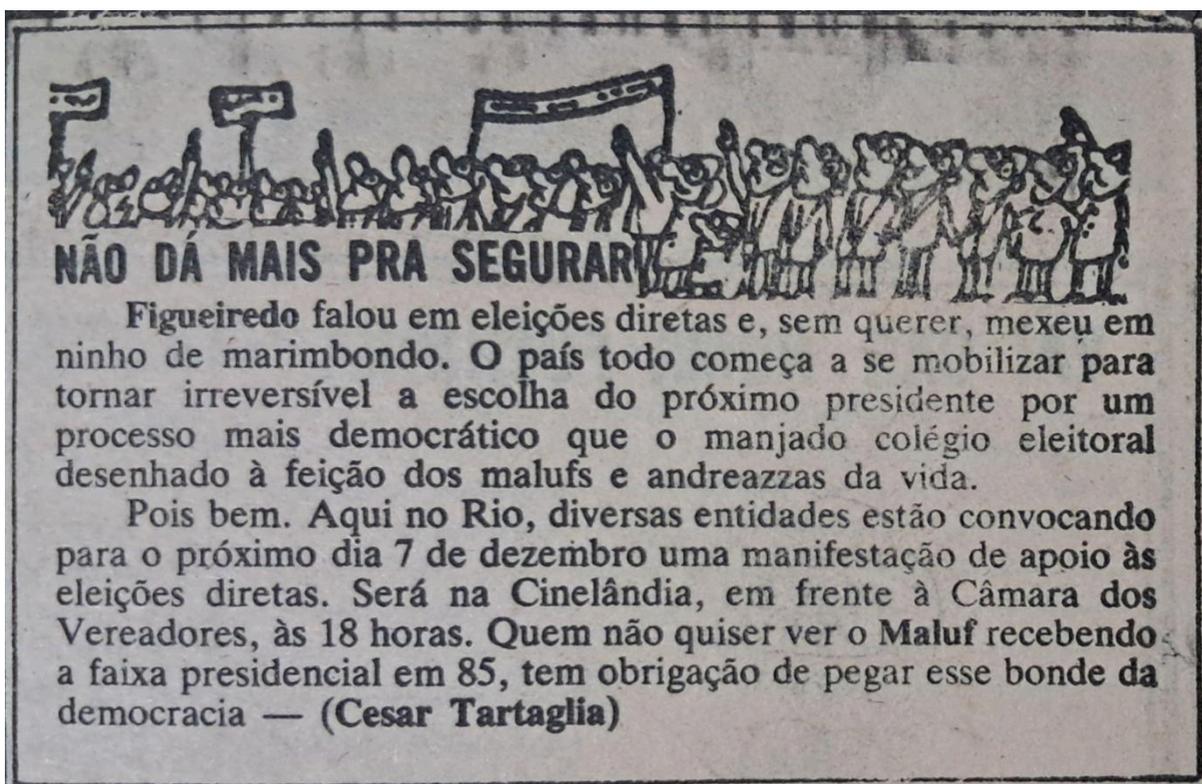


Fonte: O Pasquim, edição número 00760, página 02

A primeira página depois da capa é sempre dedicada às cartas e mensagens que os leitores do Pasquim enviavam para a redação. Na figura 5 (de 19 de janeiro de 1984 a 25 janeiro de 1984 mostra uma mensagem enviada para o jornal, do Grupo de Ação por Eleição Direta, pedindo aos leitores para pressionarem os políticos, para que entendessem a vontade do povo de ter eleições diretas novamente. O intuito era que os leitores recortassem o papel, para enviar para o político de sua preferência, já que o espaço está em branco. É interessante destacar que na mensagem, o escritor do GAED realça que o jornal era o único jornal em que eles tinham certeza que os ajudariam.

A ação se compara às mobilizações que acontecem atualmente pela internet. Hoje, em vez de recortar o papel de uma revista ou de um jornal e enviar a alguém para demandar algo, a população realiza abaixo-assinados on-line e, caso o método seja outro, pode-se enviar mensagem diretamente nas caixas de mensagem nas redes sociais dos políticos.

FIGURA 6 – Texto convidando os leitores para participar de uma manifestação a favor das Diretas Já



Fonte: O Pasquim, edição número 00753, página 25

Na figura 6 (de 01 de dezembro de 1983 a 07 dezembro de 1983), Cesar Tartaglia convoca os leitores do jornal para participarem de uma manifestação a favor das Diretas, disponibilizando as informações sobre o local, data e hora. Em 7 de dezembro de 1983, os atos a favor das eleições diretas ainda estavam no início e o público ainda era escasso. Mais para a frente as manifestações se tornam corriqueiras e cheias de participantes, até alcançar o patamar da maior manifestação brasileira, no dia 16 de abril de 1984, no qual 1,7 milhões de pessoas foram reivindicar seus direitos políticos.

2.4 Capas dedicadas à campanha “Diretas Já”

A capa é uma das partes mais importantes de uma publicação visual, ou então a mais importante. É nela que o veículo vai tentar chamar atenção do leitor entre tantas outras publicações em uma banca, por exemplo, ou até mesmo em um site onde se vendem livros. As capas do Pasquim não eram comuns a um jornal convencional, mas sim chamativas e irônicas, para causar curiosidade ao leitor.

Durante o período de 1983 e 1984, o Pasquim dedicou 17 capas para a campanha das Diretas Já, de um total de 106 publicações no período, ou seja, 16,03% das capas do jornal faziam menção à campanha. Entre as 17 capas, em 11 delas a campanha pelas Diretas era o assunto principal da capa e em outras 6 capas havia outra forma de citação da campanha, em chamadas ou gravuras.

As capas variam de ilustrações para fotografias, algumas são opinativas e críticas, julgando as ações dos políticos, dos militares e da grande imprensa, enquanto outras capas buscam discorrer sobre os acontecimentos e o sucesso dos atos a favor da Emenda Dante de Oliveira.

FIGURA 7 – Capa sobre as Diretas Já

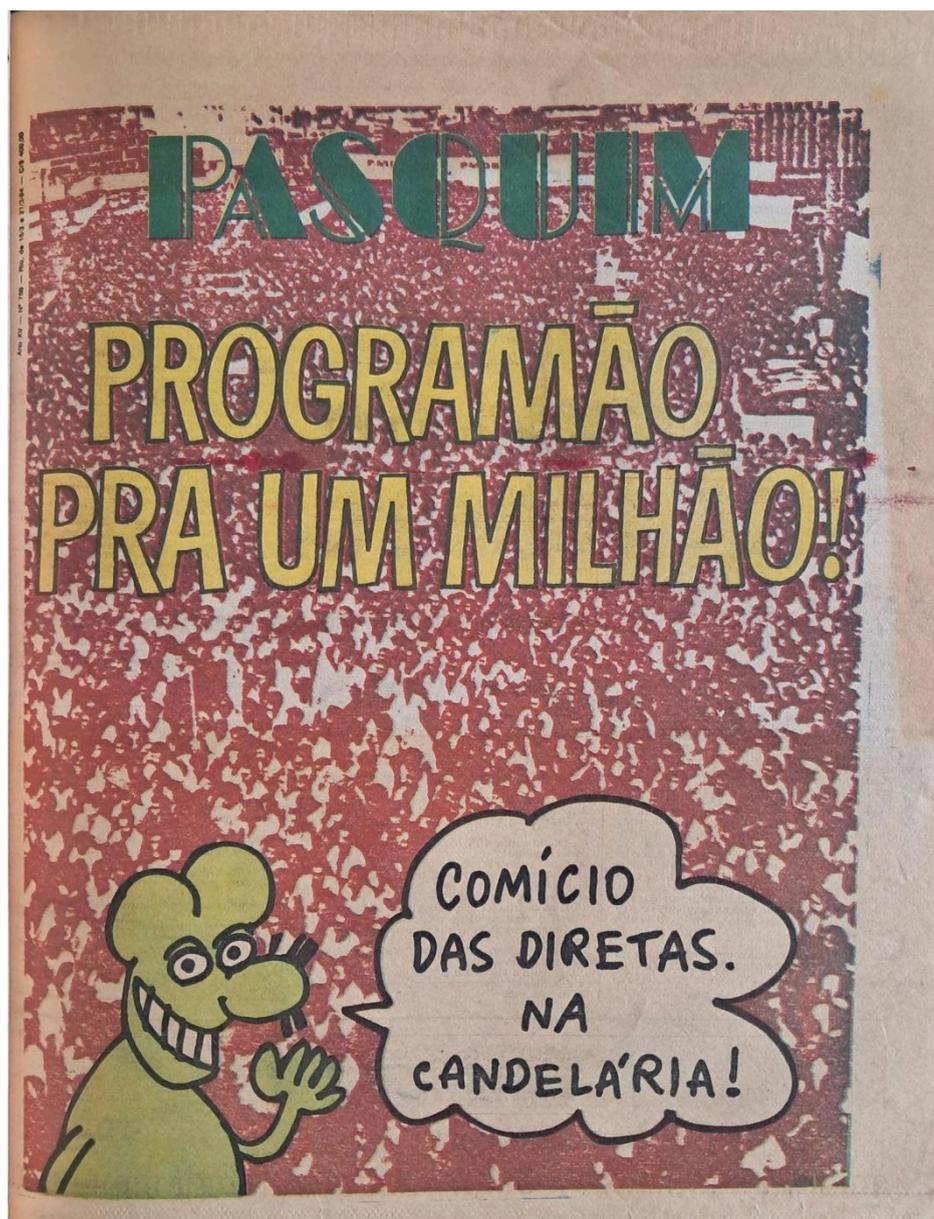


Fonte: O Pasquim, capa da edição número 00763

Esta capa de 09 de fevereiro de 1984 a 15 fevereiro de 1984 (FIGURA 7), também ilustrada por Peron, é a publicação após a edição especial sobre as Diretas, na qual o Pasquim mostra o que ocorreu no comício da praça da Sé, no centro de São Paulo. A edição 00763 (FIGURA 7) tem uma capa chamativa, tendo uma família bastante atormentada, o pai com uma arma na mão, exigindo as eleições diretas.

A capa demonstra elementos de miséria e revolta em seus componentes. A família está maltratada, com as roupas rasgadas e pés descalços, aparentemente sendo forçados a se mudar, devido às trouxas com seus pertences sendo carregados. A expressão facial do pai é de raiva, assim como sua expressão corporal, tendo em vista que está segurando uma arma e gritando e pedindo os direitos políticos dos brasileiros de volta, dando a entender a sua revolta e insatisfação com o regime militar. Ao redor, percebe-se o chão de terra, dando a ideia de um local não pavimentado ou fora da área urbana, e também a presença dos cactos, podendo interpretar que o local é em algum estado do Nordeste.

FIGURA 8 - Capa sobre o comício da Candelária a favor das Diretas Já



Fonte: O Pasquim, capa da edição número 00768

Na capa da edição 00768 de 15 de março de 1984 a 21 março de 1984 (FIGURA 8) mostra o comício a favor das eleições na Candelária, em 10 de abril de 1984, onde o número de manifestantes alcançou 1,7 milhões de pessoas, sendo reconhecido como a maior manifestação do Brasil até os dias contemporâneos.

Esta capa compõe a presença do mascote que representa o Pasquim, o Sig, nome que faz referência a Sigmund Freud, o criador da psicanálise. Sig aparecia regularmente no jornal e muitas das vezes era na capa, como aconteceu nesta. A presença do Sig nesta capa pode ser para representar a participação do periódico no comício da Candelária.

FIGURA 9 – Capa sobre o comício da Candelária



Fonte: O Pasquim, capa da edição número 00772

Enquanto a data da votação se aproximava, o Pasquim relacionava cada vez mais suas publicações com a Emenda (FIGURA 9, de 12 de abril de 1984 a 18 abril de 1984) e pressionava e expunha os políticos. A edição em questão mostrava alguns fatos que aconteceram no comício da Candelária, assim como algumas estimativas e como a grande imprensa estava mentindo sobre os números que o ato atingiu. Também, como pode ser observado no canto inferior direito da página, o jornal fez uma crítica ao presidente da época, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), o último presidente da Ditadura Militar. Ao que parece, Figueiredo,

como era popularmente conhecido, não compareceu ao comício por estar em uma viagem internacional.

FIGURA 10 – Capa sobre o Sambódromo



Fonte: O Pasquim, capa da edição número 00766

O Pasquim convocou os leitores para uma comemoração de carnaval, na qual, além de celebrar as festas, também era uma manifestação a favor da Emenda

Dante de Oliveira. A capa (FIGURA 10, de 01 de março de 1984 a 07 março de 1984) faz um trocadilho com o nome do evento “Sambódromo” e a palavra “diretas”.

O Sambódromo é um dos palcos de festas populares mais famosos do Brasil. Ele foi inaugurado na regência do então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, fundador do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e político de esquerda. A inauguração se deu no ano de 1984, o mesmo da publicação desta edição, e, assim como a campanha das Diretas Já, também sofreu com a falta de cobertura da TV Globo.

O Pasquim já havia se mostrado a favor de Brizola inúmeras vezes em suas publicações, até mesmo para as votações para presidente. A capa mostra o viés político que o jornal estava dando ao carnaval e a abertura do Sambódromo, tentando, através da Teoria do Agendamento, associar o carnaval com a luta pelos direitos políticos. A Teoria do Agendamento, ou *Agenda Setting*, é a capacidade da mídia de dar destaque em um tema específico e a resposta do consumidor em dar prioridade ao mesmo tema (Castro, 2014, p.201). De acordo com a teoria, o jornal estava tentando que a campanha a favor da Emenda Dante de Oliveira fosse prioridade nas agendas de seus leitores, assim os fazendo lembrar dela em meio às festas de carnaval.

2.5 O humor do Pasquim através das charges

O Pasquim era conhecido por seu um humor ácido e irônico, com raízes na contracultura. O jornal expressava sua opinião de uma forma humorada, através de textos e charges. As charges que o jornal publicava eram críticas aos militares e ao regime. A maioria também criticava os bons costumes dos conservadores, porém, ironicamente, seu humor também era levemente homofóbico e excessivamente machista. Em muitas de suas charges, o tema principal do humor era de cunho sexual, novamente satirizando os “bons costumes”.

FIGURA 11 – Charges sobre as Diretas Já



Fonte: O Pasquim, edição número 00759, página 11

Nesta sequência de quadrinhos (FIGURA 11, de 12 de janeiro de 1984 a 18 janeiro de 1984), percebe-se o uso do humor de cunho sexual que o Pasquim utilizava diversas vezes em suas publicações. A palavra “diretas” foi usada como um trocadilho, assim como em várias outras imagens humorísticas nas edições do jornal.

FIGURA 12 – Charge satirizando o crucifixo de Jesus Cristo e as Diretas Já



Fonte: O Pasquim, edição número 00762, página 03

Na figura 12 (de 02 de fevereiro de 1984 a 08 fevereiro de 1984), o Pasquim está novamente criticando aqueles que não apoiam a campanha das Diretas Já, relacionando o Colégio Eleitoral com a instituição que mandou crucificar Jesus Cristo, e alegando que “se houvesse eleições diretas, Jesus não seria crucificado”, pela votação do povo.

FIGURA 13 – Charge satirizando as palavras de Jesus Cristo e as relacionando com as Diretas Já



Fonte: O Pasquim, edição número 00771, página 05

Muitas das piadas do Pasquim envolviam o cristianismo e a figura de Jesus (FIGURA 12 e FIGURA 13), o que seria uma categoria comum da contracultura e seu objetivo de irritar os conservadores. A figura 13 (de 05 de abril de 1984 a 11 abril de 1984) faz referência à frase falada por Jesus Cristo na Bíblia: “perdoai-vos, pai, porque não sabem o que fazem”, trocando as palavras para se encaixar em uma versão humorística sobre a campanha das Diretas Já, criticando aqueles que não apoiam a Emenda Dante de Oliveira, e os comparando aqueles que crucificaram Jesus.

FIGURA 14 – Charge “indiretas volver”



Fonte: O Pasquim, edição número 00759, página 11

As charges criticavam o autoritarismo do regime e a força bruta em que ele impunha suas idéias à população, como na figura 14 (de 12 de janeiro de 1984 a 18 janeiro de 1984), na qual mostra um militar exclamando para que as indiretas voltem, proibindo a manifestação e o alastramento da campanha a favor da reconquista dos direitos políticos.

2.6 Edição especial sobre as Diretas

A edição de número 00762 é um especial sobre a campanha das Diretas Já e o comício que aconteceu na praça da Sé, no centro de São Paulo, onde 300 milhões de brasileiros demandaram seus direitos políticos. A publicação reporta o que aconteceu na manifestação, contando também com depoimentos dos leitores que compareceram e com artigos de opinião.

A publicação especial tinha objetivo de divulgar o que aconteceu no comício da praça da Sé e promover a campanha das Diretas Já, que ocorreu dia 25 de janeiro, três meses antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, e se tornou um marco das manifestações brasileiras. O Pasquim queria dar visibilidade ao movimento que a mídia convencional além de ignorar, criava uma onda de desinformação sobre o poder que as Diretas Já tinham sobre o povo brasileiro.

FIGURA 15 – Capa da edição especial sobre o comício da praça da Sé



Fonte: O Pasquim, capa da edição número 00762

A capa da edição de número 00762, de 02 de fevereiro de 1984 a 08 fevereiro de 1984 (FIGURA 15), nomeada “Direto pras Diretas”, é uma das 17 capas dos anos 1983 e 1984, que foram dedicadas à campanha das Diretas Já, porém esta tiragem inteira foi destinada para discorrer somente sobre a campanha e o comício da praça da Sé. A imagem mostra onde ocorreu o comício e, além disso, eles adicionaram também as capas das revistas IstoÉ, da editora Três e Veja, da editora Abril.

A edição conta com uma reportagem sobre o comício e as figuras que lá estavam, como um garoto de 12 anos que estava acompanhado do pai e gritava “fora turcão!”, se referindo a Paulo Maluf, antigo prefeito de São Paulo, associado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional) na época, hoje partido PP (Progressistas). O Pasquim relata que a participação do “povão” era incrível e que havia todo tipo de gente nesta manifestação. Por motivos de ilegibilidade, a imagem da página 05, da edição 00762, que apresenta a reportagem citada, não pôde ser exibida no atual trabalho.

FIGURA 16 – Texto de depoimento no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro

HELONEIDA STUDART, ex-deputada estadual, PMDB-RJ, líder feminista.

Estou certa de que os homens de bem e as mulheres de luta deste país se unirão pelas eleições diretas com tal força que os indiretistas se sentirão clandestinos e bastardos. O povo vai se unir para intimidá-los, para mostrar que os 10 milhões de desempregados não agüentam as eleições indiretas, que os favelados, os retirantes, os negros, as mulheres, esse povo empobrecido e humilhado não aceita mais a jogada desses homenzinhos pequenos que sorriem amarelo, que se atrevem a dizer que os artistas que foram dar solidariedade ao comício da Praça da Sé foram contratados. Contratados são eles!

O povo mobilizado há de pressionar de tal maneira esse Colégio Eleitoral espúrio que não se atreverão a escolher um falso Presidente, um Presidente ilegítimo, contra a coletividade do povo brasileiro. Acuados e envergonhados, os indiretistas não ousarão sair às ruas.

Fonte: O Pasquim, edição número 00762, página 08

Na página 08 da mesma edição de 02 de fevereiro de 1984 a 08 fevereiro de 1984 (FIGURA 16), o Pasquim abre espaço para os depoimentos proferidos no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, cujo auditório, segundo ele, estava sempre cheio. O Clube havia promovido uma semana de debates, juntando todos os partidos, assim marcando o início da campanha para as Diretas Já. Segundo uma eleição simulada, 86% dos cariocas queriam eleições diretas para presidente.

A página conta com 9 depoimentos das reuniões e também com uma tabela que mostra a relação de quantos votaram nesta eleição simulada e os nomes dos candidatos. No total, 36.156 pessoas votaram, sendo 31.201 eleitores a favor das eleições diretas e 1.095 contra. Na tabela também consta quem votou em nenhuma das opções, porém não é possível ver o número exato, pela folha da página da visualização digital da Biblioteca Nacional estar amassada. Porém, subtraindo os votos dos eleitores que foram a favor e dos que foram contra ao total que votou, as pessoas que não escolheram nenhuma das opções totalizavam 3.860 indivíduos.

Na eleição simulada havia 8 candidatos “elegíveis”. Leonel Brizola venceu a eleição, com 33,9% dos votos, seguido de Hélio Beltrão, que ficou em segundo lugar com 20,9% dos votos. Em seguida, na ordem, estavam Aureliano Chaves, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Lula, Paulo Maluf e Mário Andreazza. O encontro, por ser em um espaço de pessoas majoritariamente de esquerda, apresentou o resultado em que Leonel Brizola ganhava a eleição. Brizola era, na época, governador do Rio de Janeiro e fundador do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e era um dos nomes mais ocorrentes entre a esquerda e entre sua preferência, até mesmo do Pasquim.

2.7 Repercussão após a derrota da Emenda Dante de Oliveira

A votação para decidir o futuro da Emenda Dante de Oliveira ocorreu no dia 25 de abril de 1984, após um pouco mais de um ano da proposta inicial do projeto. A Emenda foi rejeitada por insuficiência de votos, recebendo 289 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções. Para ser aprovada, a Emenda Dante de Oliveira necessitava de 320 votos dos 479 congressistas. No dia da votação, 112 deputados aliados à ditadura não compareceram.

FIGURA 17 – Lista de deputados que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira

O Pasquim entrega
OS 178
PAUS - MANDADOS!
Estes votaram contra

PRA VOCÊ GUARDAR ATÉ AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES!

AMÍLCAR DE QUEIROZ
PDS — Acre
Peralvilho

ARMANDO PINHEIRO
PDS — São Paulo
Sicofanta

AMARAL NETTO
PDS
Rio de Janeiro
Amoral

EMÍDIO PERONDI
PDS
Rio Grande do Sul
Sonso

AFRÍSIO VIEIRA
PDS — Bahia
Lambe-botas

ASSIM que a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada mandamos os nossos repórteres para as praças públicas do Rio e das principais capitais do país para recolher impressões sobre os “parlamentares” que frustraram o desejo do povo de eleger seu presidente. Recolhemos mais de 1.300 adjetivos qualificativos, a maioria dos quais impúblicáveis. Escolhemos os mais amenos, misturamos num saco e fomos retirando-os arbitrariamente. Depois foi só colocá-los em baixo da cara de cada um dos caretas. Não existe rigor lógico. Se o leitor considerar que um “deputado” não deve ser considerado uma ameiba pode considerá-lo um batráquio e assim por diante. Divirtam-se.

“desclassificados” faz um trocadilho com a seção “classificados” que compõem a grande maioria dos jornais, onde as empresas, assim como indivíduos, fazem anúncios. A edição cobre os dias 10 de maio de 1984 até 16 de maio de 1984, e a capa também faz jus ao 13 de maio, que foi o dia que a princesa Isabel assinou a lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil, comentando que nenhum deputado negro votou contra a Emenda Dante de Oliveira.

O autor Bruno Castro de Brito (2022) teoriza em seu texto “Tudo o que Noiz Tem é Noiz: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro” sobre o fenômeno chamado “Jornalismo de Efeméride”, no qual discorre que as questões negras só são citadas na imprensa ou em comerciais quando chegam as datas comemorativas (Brito, 2022, p.146), como o dia 13 de maio, citado na capa. A tese de BRITO foca nos casos de pautas raciais e cabe a discussão em análises dentro das publicações do periódico.

Outro componente presente na capa é o Sig, o mascote do jornal, que faz referência à canção “A Mão da Limpeza”, de Gilberto Gil. Enquanto o mascote fala “os bancos sujam na entrada e na saída”, o verso original diz “o branco inventou que o negro/ quando não suja na entrada/ vai sujar na saída”. Enquanto o jornal faz uma crítica a população branca por ser despolitizada e estragar as chances de uma eleição direta por ganância, a música de Gilberto Gil aponta o racismo e a hipocrisia dos brancos ao oprimir e rebaixar a população negra, quando vivem de serviços disponibilizados pelos negros desde antes da abolição da escravidão.

Mesmo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o periódico não deixou de criticar os responsáveis e proferir sua opinião diante da situação crítica em que o país se encontrava. A luta pela reconquista dos direitos políticos dos brasileiros continua por muitas edições à frente, mostrando que o Pasquim foi essencial em cada etapa da resistência contra a Ditadura Militar, até seu fim.

2.8 A influência do Pasquim para a resistência na ditadura civil-militar através das Diretas Já

A partir da pesquisa e análise documental realizada neste trabalho, é possível perceber a importância dos veículos alternativos na época da Ditadura Civil-Militar

para a luta a favor da recuperação dos direitos políticos e humanos da população, em especial do Pasquim, o jornal analisado. Entre os anos de 1983 e 1984, foram publicadas 106 edições de seu jornal, das quais 17 capas foram dedicadas à campanha das Diretas Já ou somente a mencionaram. Entre as 17 capas, 11 delas as Diretas eram o assunto principal e em 6 se encontravam apenas como citação.

Através do site da Biblioteca Nacional e sua ferramenta de pesquisa, foi possível chegar a uma estimativa de quantas vezes a palavra “Diretas” e a frase “Emenda Dante de Oliveira” foram citadas em todas as edições publicadas pelo jornal. A estimativa não é 100% precisa, pela dificuldade da ferramenta de ler certas fontes (como aquelas escritas à mão ou presentes em gravuras, como charges e caricaturas) e de diferenciar quando está falando da campanha ou está simplesmente escrita a palavra “direta” ou “diretas”. Sabendo disto, entre as publicações de 1983 e 1984, a palavra “Diretas” foi mencionada 276 vezes, enquanto a frase “Emenda Dante de Oliveira” foi citada 30 vezes, como mostrado na TABELA 1.

TABELA 1 – Tabela de menções sobre as “Diretas Já” e “Emenda Dante de Oliveira”

MENÇÕES	1983	1984	TOTAL
“DIRETAS JÁ”	51	225	276
“EMENDA DANTE DE OLIVEIRA”	0	30	30

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Em seu incentivo à busca e à participação da campanha das Diretas Já, o Pasquim publicava artigos de opinião, charges, reportagens, entrevistas e imagens. Suas edições também contavam com a opinião de seus leitores em um espaço somente para isto, em que, logo após a capa, os leitores escreviam suas críticas e seus pensamentos, nos quais muitos eram sobre a campanha.

Devido à ausência de cobertura e veracidade da mídia convencional brasileira, o jornal procurava sempre criticar as atitudes da imprensa hegemônica, mostrando a sua indiferença pela campanha e o que ela representava e apontando

as mentiras contadas no intuito de diminuir os feitos das manifestações e buscando defender o regime autoritário.

Os números mostram o empenho do jornal alternativo o Pasquim de querer informar e incentivar os leitores a buscarem pelos seus direitos políticos novamente. Em meio ao humor irônico, havia textos e charges que estimulavam o pensamento crítico e a ação política. Nas edições publicadas durante o período da campanha das Diretas Já, o jornal publicou convites para a mobilização de seus leitores, os informando sobre datas, horários e locais das manifestações a favor da Emenda Dante de Oliveira, ou com mensagens de motivação para pressionar os políticos visando demonstrar a vontade do povo brasileiro. Seja chamando para eventos presenciais ou por meio da pressão por cartas e telefonemas, o Pasquim convoca seus leitores com objetivo de estímulo à mobilização política.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o Pasquim não se deixou vencer e continuou criticando e denunciando os deputados que foram contra a emenda. Suas edições passaram a conter nomes, partidos e números de celular daqueles que não apoiaram a campanha, assim, servindo de veículo para que os leitores pressionassem estes políticos e mostrassem a vontade do povo, em forma de protesto.

CONCLUSÃO

Os jornais alternativos da ditadura sofreram uma imensa repressão em sua tentativa de dar voz ao povo e aos movimentos sociais, lutando pela liberdade de expressão que foi roubada pelos militares e seu regime. Tanto a população, quanto os comunicadores engajados resistiram a prisões, torturas, censuras e perdas de direitos mediante ao totalitarismo que se alastrou pelo país após o golpe iniciado em 1964. Foi após a implementação do Ato Institucional 5 que a maioria dos jornais alternativos vieram a existir, buscando lutar contra o regime militar.

A imprensa alternativa teve seus altos e baixos, conflitos entre ideais e partidos aos quais alguns jornais pertenciam, porém sua atuação foi bastante importante para a resistência, junto às manifestações populares e movimentos estudantis e de direitos humanos. Entre cerca de 150 jornais que existiam durante a ditadura, todos diferentes e com suas particularidades, porém com o mesmo objetivo de servir como uma resistência política e informar a população do modo que a imprensa convencional já não fazia mais.

A atual pesquisa alcançou o objetivo de, ao todo, mostrar como a imprensa alternativa auxiliou na resistência contra o governo autoritário da Ditadura Militar, em especial, o Pasquim, através da análise das 106 edições entre 1983 e 1984 do mesmo. Foi possível observar que, ao contrário da imprensa convencional, o Pasquim, assim como outros veículos, teve a coragem de ir contra o regime militar e não auxiliou na manutenção dele, sempre usando seu espaço de comunicação como porta-voz do povo brasileiro, assim, criticando a ditadura.

Foi através da arte dos cartunistas que o Pasquim empregava que o jornal conseguiu tanta visibilidade e leitores fiéis. Suas charges chamavam atenção, mas muito além disto estava o que o povo aguardou para dizer, de uma forma sarcástica, porém verdadeira. Os quadrinhos, mais do que a escrita ou até mesmo a fotografia, trouxeram os leitores do jornal juntos e formaram uma comunidade, como já foi dito anteriormente. Foi através da arte que os consumidores do jornal viram suas opiniões expostas e se sentiram visibilizados. Além disso, em seu humor, ele foi referência no seu tempo por ser fora do convencional do que se esperava de um jornal.

Com a análise das publicações do Pasquim, chega-se à conclusão de que a comunicação, e mais especificamente o jornalismo, tem como objetivo servir e dar voz à sociedade, formar uma comunidade que precisa que sua voz seja ouvida. Assim atuou O Pasquim até o seu fim, e é assim que muitos veículos de comunicação hoje em dia visam trabalhar.

O jornal analisado deve servir de inspiração para a imprensa nos dias atuais que, apesar de não estar atuando em um cenário político ditatorial no presente, ainda há interesses políticos influenciando as grandes empresas de comunicação na conjuntura atual. É perceptível, tanto para os jornalistas, como para o público consumidor, o quanto que a mídia ainda continua tomada por interesses privados e lucrativos.

Devido a propagação da internet, construir uma revista, jornal ou até blog se tornou mais fácil do que antigamente. Hoje em dia, existem vários veículos que podemos chamar de alternativos, sem conexão com a grande mídia e libertos – ou quase libertos – de interesses políticos que poderiam intervir na realização de suas atividades. Veículos on-line como *Mídia Ninja*, *The Onion* – que se assemelha bastante com o estilo do Pasquim –, *Scarleteen* e *The Intercept* lembram o estilo alternativo que se propagou durante da Ditadura, porém com mais chances de chegar ao público e formas atuais de fazer jornalismo.

No espaço de tempo em que a monografia foi escrita, o genocídio que ocorre na Palestina é um assunto ocorrente e que deve ser tratado com seriedade. Tendo isto em mente, a cobertura jornalística atual do conflito é totalmente direcionada pela ambição monetária e política, visto que grandes veículos como a Rede Globo continuam a falar sobre o caso visando vender uma imagem positiva para Israel e defender os seus feitos criminosos, conseqüentemente apoiando o sofrimento do povo palestino, o apagamento de sua etnia e de sua cultura. Porém, assim como na Ditadura Militar, a população lembrará quem esteve do lado certo da história e quem, em alguns anos, terá que publicar mais uma carta de arrependimento.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, S.; JAGUAR, SMG. O Pasquim: antologia, volume 1 (1969-1971). **Rio de Janeiro: Desiderata**, 2006.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da Unipar**, v. 11, n. 2, 2003.

Disponível em:

<https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/akropolis/article/view/332/299>.

Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm#art11. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº3, de 05 de fevereiro de 1966. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº4, de 07 de dezembro de 1966. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. LEI Nº5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm#:~:text=LEI%20No%205.250%2C%20DE%209%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201967.&text=Regula%20a%20liberdade%20de%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20do%20pensamento%20e%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRITO, Bruno de Castro. **Tudo o que nós tem é nós: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro**. 2022. Tese de Doutorado.

BOBBIO, Norberto., MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: LGE Editora e Editora UNB, 2004.

DE OLIVEIRA, Alef Dener Rodrigues; EVANGELISTA, Raquel Lobão. **O Papel Exercido Pela Mídia na Ditadura Militar Brasileira no ano de 1968**.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDIGITAL**, 2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Escrita Editorial, v. 1, 1991.

MOURA, Bruno de Freitas. Ditadura Militar ou Civil-Militar? Saiba o que está por trás dos nomes. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes#:~:text=O%20professor%20acrescenta%20que%20os,ocultar%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20civis%E2%80%9D>. Acesso em: 25 fev. 2024.

NOVELLI, Ana Lucia Romero et al. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro et al. Diretas Já, um movimento social híbrido. **Revista Debates**, v. 6, n. 3, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/31344/23347>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 01 dez. 1983.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 12 jan. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 19 jan. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 02 fev. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 09 fev. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 23 fev. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 01 mar. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 15 mar. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 05 abr. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 12 mar. 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 03 maio 1984.

PASQUIM. Rio de Janeiro, 10 maio 1984.

SEQUEIRA, C. M.; ROCHA, Liana Vidigal. **O papel da mídia durante o processo de construção da hegemonia pela ditadura militar—uma visão gramsciniana.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2004.

VAUCHER, Thiago Araujo. O Pasquim: alternativo e corajoso. **Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4378/2874>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Relatório 2022: Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2023. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.